

JORNAIS EVANGÉLICOS EM TEMPOS DE DITADURA

Adroaldo José Silva Almeida¹

INTRODUÇÃO

Desde o século XIX, algumas denominações protestantes instaladas no Brasil se serviram de veículos de comunicação, principalmente da imprensa escrita, para orientar, principalmente seus membros – adeptos e praticantes do protestantismo – acerca de suas doutrinas, bem como dar visibilidade às suas atividades, promovendo uma espécie de “evangelismo silencioso”. Entretanto, por vezes, os assuntos tratados em alguns desses periódicos protestantes não se limitaram a questões religiosas. Para além de seus objetivos primeiros, estenderam-se na análise e compreensão de aspectos sociais, culturais e políticos do país, sob o ponto de vista de suas denominações.

A conhecida e surrada frase “religião e política não se discutem”, que habita até hoje o senso comum, pode soar, no mínimo, estranha quando nos deparamos com os artigos publicados em jornais protestantes. Várias foram as matérias publicadas nestes órgãos de imprensa que trataram de temas como a separação entre Igreja e Estado, secularização dos cemitérios, abolição da escravatura, Guerra do Paraguai, entre outros.

Portanto, se, por um lado, desde o século XIX, tais órgãos de imprensa se tornaram um instrumento da propaganda evangélica no país, por outro, também se ocuparam, desde o início, em orientar os seus leitores no que diz respeito a temas políticos, ainda que essa orientação viesse impregnada de sentido religioso.

Sendo assim, pretendo discutir, nos limites deste artigo, pelo menos duas questões que poderão nos ajudar a compreender os posicionamentos que tomou a imprensa protestante (ou parte dela) ao longo dos governos militares no Brasil: como interpretaram o golpe de 1964 e de que maneira orientaram as igrejas e seus membros a respeito dos assuntos políticos durante a ditadura militar.

¹ Mestre em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA). Doutorando em História na Universidade Federal Fluminense (UFF). Professor do Instituto Federal do Maranhão (IFMA). Bolsista PROQUALIS/IFMA.

Para tanto, tomarei como fonte privilegiada de análise, dois jornais que representam duas igrejas protestantes bastante importantes para o cenário evangélico nacional: “O Estandarte”, da Igreja Presbiteriana Independente, e o “Mensageiro da Paz”, das Assembleias de Deus.

Estas igrejas apresentam – ou pelo menos apresentavam durante o período de 1964 a 1985 – princípios teológicos e de governo bem distintos. De forma geral, a Igreja Presbiteriana Independente do Brasil (IPI) se caracteriza, teologicamente, pela adoção da Confissão de Westminster,² enquanto sua forma de governo constitui-se de um sistema federativo e piramidal de concílios, baseado em presbitérios (assembleia de presbíteros), o que, em tese, impossibilitaria a concentração de poder em torno de uma única pessoa.

Já as Assembleias de Deus se caracterizam por uma teologia arminiano-wesleyana³ e um sistema de governo baseado na assembleia de membros e nas convenções (regionais e nacional).

Sendo assim, parece-me que os artigos publicados no jornal “O Estandarte” – órgão oficial da IPI – exteriorizavam a opinião, grosso modo, de parte dos protestantes históricos no país, enquanto que o “Mensageiro da Paz” – órgão oficial das Assembleias de Deus –, a opinião, também grosso modo, dos pentecostais.

A IPI E O GOLPE-64

João Goulart assumiu a presidência da República debaixo de uma grave crise política que, segundo o historiador Jorge Ferreira, tinha feito de

² A Confissão de Westminster (1643-1649) é o principal documento teológico das igrejas reformadas. Elaborada pelo Parlamento inglês, constituído àquela época principalmente por puritanos, a confissão defende aspectos eclesiológicos calvinistas. Entre seus pontos mais contundentes está o fato de defender que “todos aqueles a quem Deus predestinou para a vida, e só esses, é ele servido chamar eficazmente pela sua Palavra e pelo seu Espírito, no tempo por ele determinado e aceito...”, enquanto que “os não eleitos, ainda que chamados pelo ministério da Palavra e tenham algumas das operações comuns do Espírito, contudo, jamais chegam a Cristo e, portanto, não podem ser salvos.” Em outras palavras, significa que a salvação não depende das ações do indivíduo nela interessada, mas, única e exclusivamente, da graça de Deus.

³ Baseada nas ideias de dois teólogos, um holandês, Jacobus Arminius (1560-1609), e outro inglês, John Wesley (1703-1791), a teologia arminiano-wesleyana defende, entre outras coisas, a eleição (salvação) condicional do indivíduo, onde a fé é a condição para entrar no Reino de Deus, enquanto que a incredulidade é a condição para sua saída, tornando-a, assim, diametralmente oposta à teologia calvinista.

um golpe militar.⁴ O parlamentarismo foi a saída encontrada para manter a legalidade constitucional e acalmar os ânimos mais exaltados que pretenderam impedir a posse do vice-presidente eleito democraticamente.

Não é nosso intuito discutir, nesse artigo, sobre o período entre 1961 e 1963 – muito embora compreendê-lo seja fundamental para o entendimento do golpe em 1964. Por hora, é preciso saber que o parlamentarismo à brasileira serviu, temporariamente, para conciliar o país e manter parte das Forças Armadas legalistas apoiando o presidente João Goulart.

No entanto, o presidente articulou-se para o retorno do presidencialismo e, de forma habilidosa, mas bastante complexa, conseguiu aprovar uma consulta popular que, em 6 de janeiro de 1963, pôs fim ao parlamentarismo no Brasil. Com retorno do presidencialismo ao Brasil e, conseqüentemente, de João Goulart à condição de chefe de Estado e de governo, as diferenças entre esquerda e direita⁵ se acentuaram ainda mais.

A posse foi objeto de nota no jornal “O Estandarte”, em fevereiro de 1963. Primeiramente, o jornal destacava o clima de indiferença com que os brasileiros compareceram às urnas para votar contra o parlamentarismo. A brevidade da notícia e ausência de qualquer entusiasmo com o retorno do presidencialismo deixa entrever que João Goulart não era muito benquisto nesse círculo protestante.

Apesar disso, os editores do jornal fizeram uma espécie de exortação à Igreja e ao presidente: “à igreja cabe orar por ele e seus ministros, rogando a Deus que lhes dê sabedoria, prudência, probidade e efetivo amor à pátria, absolutamente necessários para a solução dos problemas sérios que ameaçam a nacionalidade”.⁶

De uma só vez e em linhas curtas, o periódico presbiteriano ressaltou que o país vivia um clima de ameaça e que era necessário “efetivo amor à pátria”, por parte de seu representante máximo. Parece-me que sutilmente os editores de “O Estandarte” não acreditavam que o presidente da República fosse um patriota, de fato.

⁴ FERREIRA, Jorge. *1964: o golpe que derrubou um presidente, pôs fim ao regime democrático e instituiu a ditadura no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

⁵ Utilizo o termo “esquerda” e “direita” na perspectiva de que tais palavras, enquanto categorias explicativas, indicam projetos políticos contrastantes. Tomo como referência para o assunto o livro de Norberto Bobbio, “Direitas e Esquerda: razões e significados de uma distinção política”.

⁶ Jornal *O ESTANDARTE*, 15/02/1963, p. 3.

A perspectiva dos presbiterianos talvez fosse sintomática. O contexto político no país naquele período não era nada tranquilo. João Goulart havia tomado posse em 1961, depois de uma grande e tensa negociação entre militares, congressistas e o próprio Goulart. Desde o fim da década de 1950, os trabalhistas, liderados por João Goulart, defendiam reformas de base, inserindo a reforma agrária e a legalização do Partido Comunista em sua pauta.⁷

O comunismo já era combatido antes do golpe de 1964 e se acentuou ainda mais depois da instalação dos governos militares. Jorge Ferreira chama a atenção para o fato de que “a quantidade de organizações anticomunistas no Brasil, antes e depois da posse de Goulart na presidência da República, indica, no mínimo, que não se podem subestimar o número e a mobilização dos cidadãos brasileiros que se opunham ao comunismo”.⁸

O comunismo era visto pela maior parte dos brasileiros como um inimigo da nação e, no limite, o presidente João Goulart estaria permitindo que comunistas ocupassem o governo do país. De sua parte, a IPI publicou uma série de artigos em seu periódico oficial, sobretudo entre os anos de 1963 e 1964, onde fez referência à ameaça comunista.

Tais artigos se caracterizaram pela aversão dos presbiterianos ao comportamento, discurso ou política que os mesmos considerassem impregnados pelo marxismo, socialismo, esquerdismo, ou qualquer outra coisa que fosse, na opinião deles, sinônimo de comunismo. Para a maioria dos pastores da IPI, era preciso estar vigilante contra esta suposta ameaça.

O reverendo Laudelino de Abreu Alvarenga, um dos articulistas de “O Estandarte” escreveu o seguinte sobre o assunto:

A nossa maior luta nos dias atuais, deve ser a vigilância contra os que sutilmente procuram envolver a Igreja e tentam atirá-la ao carro suspeito do comunismo sob o manto brilhante, mas falso, do que se chama esquerdismo, como se o cristianismo, para justificar sua existência necessitasse perfilar ideias marxistas, filhas do materialismo histórico.⁹

⁷ Ferreira, 1964: *o golpe que derrubou um presidente, pôs fim ao regime democrático e instituiu a ditadura no Brasil*.

⁸ Ferreira, 1964: *o golpe que derrubou um presidente, pôs fim ao regime democrático e instituiu a ditadura no Brasil*, p. 70.

⁹ Jornal *O ESTANDARTE*, 29/02/1964, p. 4.

Desse modo, tornou-se lugar comum entre a maioria dos membros da IPI, sobretudo entre seus líderes religiosos, a noção de que os desequilíbrios sociais, injustiças políticas e econômicas não seriam modificados por meio da ação dos homens na história – fosse através de revolução ou reforma –, mas pela mudança do próprio homem, isto é, por sua conversão a Deus.

Sendo assim, para a IPI, o Evangelho Social, interpretado como um tipo de engajamento político de protestantes visando a conscientização e transformação social de pessoas e comunidades por meio de ações sociais, sob bases evangélicas, se tornou condenável pelo fato de estar muito próxima do marxismo, tal como a Teologia da Libertação.

As Reformas de Base de João Goulart também foram interpretadas pela IPI como medidas esquerdistas que denunciariam a presença de comunistas em seu governo. Nesse cenário é que, em abril 1964, logo após o golpe, o jornal publicou edição especial de dois números, contendo editorial de meia página com o seguinte título: “O País tem novo Presidente”.

Para os editores, o momento era de entusiasmo, alegria e comemoração pela profunda transformação política que o país estaria vivenciando. Aliás, destacava-se que se tratava de uma revolução sem armas, cuja condução foi operada entre “grupos democráticos da oposição” e Forças Armadas.

Considerando que o antigo presidente da República não estava conduzindo com austeridade, mas ameaçava de levar o país a rumos perigosos, tornando-se representante de uma ordem inconsistente, os grupos democráticos da oposição, contando com o apoio das Forças Armadas, provocaram mudança radical nos quadros políticos nacionais.¹⁰

Para a IPI, portanto, não houve golpe. Esta denominação religiosa optou por entender que a instalação dos militares no poder, afastando arbitrariamente o presidente legítimo da república brasileira, foi uma revolução operada para garantir uma mudança radical no país que providenciaria, de um lado, a eliminação da corrupção, do comunismo e de seus agentes e, de outro, o estabelecimento da ordem. O mesmo editorial

¹⁰ Jornal *O ESTANDARTE*, 15 e 30/4/1964, p. 2.

considerava que a cassação de mandatos e de direitos políticos de comunistas e de corruptos era uma “medida saneadora de grande alcance”.

Temos justos motivos para aplaudir a ação revolucionária, acrescentando que veio em muito boa hora, já que não era mais possível tolerar uma situação que seria o caos e a ruína, por isso que os princípios morais da austeridade iam progressivamente desaparecendo. [...] Nesta altura, podemos afirmar que há governo nesta terra. Temos um homem de autoridade e austeridade para dirigir o leme do grande barco. Confiemos em sua ação administrativa e em seus propósitos moralizadores. Sobretudo oremos: Deus guarde o presidente. Deus salve a Pátria.¹¹

A destituição do presidente João Goulart do cargo para o qual foi eleito não representou qualquer problema de natureza política ou ética para a IPI. É também curiosa, sob o ponto de vista religioso, a postura política assumida pela igreja, uma vez que, por diversas vezes, a própria IPI em seus artigos chamava a atenção de seus membros para o respeito às autoridades instituídas na Terra e para a obediência civil, baseando-se no seguinte texto bíblico: “Toda alma esteja sujeita às autoridades superiores; porque não há autoridade que não venha de Deus; e as que existem foram ordenadas por Deus”.¹²

Vale ressaltar ainda que o discurso oficial da igreja se pautava no moralismo político, que enxergava nos militares uma instituição capaz de mobilizar forças para garantir a ordem do país, bem como para higienizar a política que, na opinião da IPI, era imoral, pois vinha se caracterizando pela transgressão dos bons costumes e corrupção do bem público.

Enfim, o jornal da IPI comemorou uma revolução sem armas operada pelas Forças Armadas e que se utilizou de todo o aparato militar para garantir sua instalação no poder. O mesmo jornal que enfatizava ser ela, a Igreja, “arauto de uma ordem democrático-representativa”, aplaudia um movimento que destituiu o presidente eleito do país e que cassou arbitrariamente parlamentares do Congresso Nacional.

¹¹ Jornal *O ESTANDARTE*, 15 e 30/4/1964, p. 2.

¹² Esse texto, extraído do Novo Testamento, do livro de Romanos, Capítulo 13, versículo 1, foi e ainda é muito utilizado por diversas denominações cristãs para reafirmar o princípio da autoridade e de sujeição a ela, não apenas dentro, como também fora da igreja. Várias vezes esse versículo se repetiu em artigos ou notas do jornal *O Estandarte*.

Os editores de “O Estandarte” operaram uma verdadeira pasteurização dos acontecimentos, ressignificando-os por meio do uso circunstancial das palavras: não foi golpe, mas revolução; não foi cassação, mas saneamento; Ato Institucional era “figura jurídica inédita na realidade brasileira que iniciava uma nova ordem na evolução política”. O jornal, sem sutilezas e com o intuito de cancelar o golpe, usou argumentos do próprio governo militar e dos políticos que o defendiam.

Nas páginas de “O Estandarte”, os primeiros momentos após o golpe de 1964 foram traduzidos de forma entusiasmada, sobretudo pelo fato de que os dois principais inimigos do povo brasileiro, na visão do órgão oficial da IPI – comunismo e corrupção – estavam sendo enfrentados por um governo mais austero.

Não foram poucas as denominações e instituições protestantes que se congratularam com a destituição de João Goulart e a ascensão dos militares ao poder. A Confederação Evangélica Brasileira (CEB), por exemplo, enviou um telegrama diretamente ao Marechal Castelo Branco, em 15 de abril de 1964, congratulando-o pela posse no cargo de Presidente da República.

O telegrama foi assinado pelo presidente e pelo secretário geral da CEB, tendo o seu teor reproduzido na íntegra no jornal da IPI. Os dirigentes da CEB apresentavam a instituição como uma “entidade de representação pública e ação conjunta de igrejas evangélicas” e que empenhava todo seu apoio moral, lealdade e cooperação dos cristãos evangélicos ao novo governo.

A maioria dos presbiterianos da IPI apoiou o golpe de 1964. Porém, há de se ressaltar também que houve vozes dissonantes no interior da própria igreja. Alguns presbiterianos colocaram-se de forma mais comedida em relação à instalação do novo governo. A esse respeito, uma pequena nota de página, publicada em abril de 1964, com o título “Caiu Jango”, demonstra, ainda que forma sutil, que nem todos os presbiterianos aderiram de forma afetada ao governo militar.

O presidente João Goulart foi deposto e a justificativa é que, pela sua omissão, comunistas aboletavam-se no poder e preparavam-se para, através de um golpe, dominar o país. Governa agora o Marechal Humberto Castelo Branco e, a nossa posição de evangélicos, que respeitamos a autoridade constituída, não pode ser referência aos perdedores a do ódio e da vingança. Nem

com os vencedores, uma pressurosa, ostensiva e afetada adesão. O comunismo é inimigo do Evangelho, por certo. Mas os cristãos amam os inimigos e pregam a Cristo.¹³

As palavras, cuidadosamente empregadas nessa nota, exteriorizam uma leitura um pouco mais complexa e crítica sobre os acontecimentos daquele período. Primeiramente, não houve o emprego da palavra revolução. A nota acrescentou que o presidente foi *deposto* de seu cargo. Além disso, ponderava a respeito da “afetada adesão” ao governo recém-instalado.

Os presbiterianos que pretenderam um posicionamento mais crítico ao regime militar não tiveram vida fácil. O dissenso era visto como subversão e qualquer ação mobilizadora no interior da igreja de caráter mais social era entendida como influência marxista.

Durante quase duas décadas, os membros da IPI que ousaram discordar do regime militar silenciaram, fosse por força ou escolha. Durante o processo de reabertura política, as vozes dissonantes ressurgiram como testemunhas vivas de um período obscuro no interior da igreja.

O Rev. João Batista Nunes Neto, por exemplo, por meio de uma breve nota publicada no jornal “O Estandarte”, externou sua decepção com a derrota da emenda Dante de Oliveira no Congresso Nacional, que pretendia reinstaurar as eleições diretas para Presidente da República no Brasil. Contudo, a nota também serviu para o seu desabafo em relação aos tempos sombrios que ele próprio viveu.

Sem meias palavras, João Batista afirmou que “os desmandos, corrupções e canalhices desse governo que está aí, há 20 anos contra a vontade popular”, contribuíram para o estado de miséria da maioria da população brasileira. Para ele,

[...] os crentes evangélicos desconhecem a vergonhosa participação das nossas igrejas no Movimento de 64. Algumas apoiaram abertamente, outras, pior, denunciaram pastores e líderes, como sendo comunistas, e outras, simplesmente se omitiram, o que é um covarde posicionamento. Por favor, sr. Rui, procure se informar sobre o quanto nossas igrejas

¹³ Jornal *O ESTANDARTE*, 15 e 30/4/1964, p. 3.

evangélicas foram políticas, associando-se ao espírito da Revolução de 64.¹⁴

No contexto da redemocratização do país, alguns dos membros da IPI que se viram perseguidos ou constrangidos no interior da igreja, em razão da posição política que assumiram nos anos de chumbo, passaram a expor seus traumas, permitindo, sob o ponto de vista da história, uma releitura do passado da IPI durante a ditadura militar, baseado em outro viés.

AS ASSEMBLEIAS DE DEUS E A DITADURA

A Assembleia de Deus foi fundada em 1911, pelos missionários suecos Gunnar Vingren e Daniel Berg,¹⁵ na cidade de Belém, Pará. A princípio, seus fiéis sofreram retaliações por parte da Igreja Católica, bem como de outras denominações protestantes, sobretudo pela ênfase que a Assembleia de Deus conferia ao “Batismo no Espírito Santo”. A liturgia de seus cultos e o entusiasmo de seus membros também foram objeto de ataque durante algum tempo, especialmente quando as Assembleias de Deus se expandiram no sudeste brasileiro.

Em novembro de 1917, os pastores Almeida Sobrinho e João Trigueiro criaram o periódico “A Voz da Verdade”, que trazia notícias sobre a Assembleia de Deus em Belém. O jornal teve curta duração, deixando de circular em janeiro de 1918. No ano seguinte, em janeiro de 1919, o pastor da Assembleia de Deus em Belém, Gunnar Vingren, fundou o jornal “Boa Semente”, com o objetivo de divulgar as doutrinas desta denominação religiosa, além de informar seus membros acerca da vida das Assembleias de

¹⁴ Jornal *O ESTANDARTE*, 31/5/1984, p. 03. O pastor João Batista dirigiu-se diretamente, por meio dessa nota, a Rui Brandão de Oliveira. Este último havia publicado um artigo em que defendia que a IPI não deveria se envolver com política, pois isto, em sua opinião, nunca foi o seu caráter.

¹⁵ Gunnar Vingren e Daniel Berg eram protestantes e frequentavam a Igreja Batista, nos Estados Unidos, antes de viajarem para o Brasil. A trajetória desses dois missionários e da criação e expansão da Assembleia de Deus no Brasil tem sido objeto de várias pesquisas, artigos, monografias, dissertações e teses espalhadas pelo país. Não pretendemos aqui fazer uma lista exaustiva de autores e pesquisadores sobre o tema, porém o livro de Emílio Conde, “História das Assembleias de Deus no Brasil”, editado pela Casa Publicadora das Assembleias de Deus (CPAD), que trata da história da igreja sob o ponto de vista de seus membros-fundadores, é uma obra importante, sobretudo como livro-fonte. Por sua vez, o livro de Saulo Baptista, “Pentecostais e neopentecostais na política brasileira: um estudo sobre cultura política, Estado e atores coletivos religiosos no Brasil”, publicado em 2009, constitui um trabalho de cunho histórico-sociológico que reserva um grande espaço para compreensão das Assembleias de Deus na política brasileira.

Deus em outras regiões do país. O jornal era editado em Belém e circulou até 1929.

Com o deslocamento de Gunnar Vingren para o Rio de Janeiro, o missionário sueco criou o jornal “Som Alegre”, que entrou em circulação em 1º de janeiro de 1929. Os dois jornais coexistiram durante alguns meses. Mas, na Convenção Geral das Assembleias de Deus, realizada em julho de 1930, na cidade de Natal, Rio Grande do Norte, os pastores e obreiros deliberaram pela extinção dos jornais “Boa Semente” e “Som Alegre”, para que assim fosse criado um único impresso que servisse como órgão oficial das Assembleias de Deus em todo o país.

Desse modo, foi criado o jornal “Mensageiro da Paz”, editado no Rio de Janeiro e que veio a público em 1º de dezembro de 1930, expressando a posição oficial da igreja não somente sobre doutrinas e religião, mas também sobre notícias políticas, econômicas, sociais e culturais, tanto no Brasil quanto no mundo, tendo como seus primeiros diretores os pastores suecos Gunnar Vingren e Samuel Nyström.

O jornal era publicado quinzenalmente desde os seus primeiros números. Sua distribuição coube inicialmente à iniciativa de colportores que, juntamente com o jornal, vendiam exemplares da Bíblia. Posteriormente os colportores foram substituídos pelos Correios, à medida que a Assembleia de Deus se expandia.

Os redatores e diretores de o “Mensageiro da Paz” enfatizaram, pelo menos desde a sua fundação até o ano de 1985, que esse jornal era uma espécie de “evangelista silencioso”, cumprindo um papel de grande importância: ser o “portador de mensagem da salvação, divulgação e afirmação da doutrina pentecostal”. Muito embora isto de fato tenha sido a preocupação primeira do jornal, seus redatores e diretores não se furtaram a expressar opinião sobre questões de ordem política.

E, apesar do jornal apresentar discursos que se mantiveram constantes durante a Ditadura no Brasil como, por exemplo, o combate ao comunismo, aqui e acolá podemos observar em suas páginas o dissenso entre seus articulistas. De modo que pretendo tomar o “Mensageiro da Paz” não apenas como fonte, mas também como objeto de análise, uma vez que a própria historicidade desse jornal contribuiu para a compreensão dos aspectos políticos que foram assumidos ou negados, através do jornal, pelos membros das Assembleias de Deus.

No que diz respeito ao golpe de 1964, em particular, não houve qualquer linha escrita nas páginas do jornal “Mensageiro da Paz” sobre a destituição do presidente João Goulart da presidência da República do Brasil. Nada foi dito. Nenhum comentário sobre as manifestações contrárias ou a favor a João Goulart. A posição oficial dos pastores das Assembleias de Deus diante daquele quadro de convulsão política no país foi de completo silêncio.

As ausências de matérias que pudessem dar conta do clima de instabilidade no país ou que, pelo menos, informassem que o país tinha um novo governante, foram uma escolha deliberada e consciente por parte da diretoria do jornal e que contava com a chancela dos pastores das Assembleias de Deus de todo o Brasil.

Naquele período, a notícia sobre a deposição de Jango foi tratada por diversos órgãos de imprensa, pois, afinal, o presidente do maior país da América Latina havia sido deposto ante um ambiente de contingências e de crise que já se arrastavam desde a renúncia de Jânio Quadros.

A imprensa nacional, fosse ela de esquerda ou de direita, confessional ou não, tratou de informar seus leitores a respeito do assunto, principalmente diante do impacto que isso poderia acarretar sobre toda a população brasileira. Jorge Ferreira, por exemplo, chama a atenção para os editoriais que foram publicados nos periódicos “Correio da Manhã”, “Jornal do Brasil”, “O Globo” nos primeiros dias de abril de 1964.¹⁶

Como já vimos aqui, jornais confessionais como, por exemplo, “O Estandarte”, da IPI, tratou o assunto através de duas matérias publicadas na sua edição especial de 15 e 30/4/1964: “O país tem novo presidente” e “Caiu o Jango”. Já “O Jornal Batista”, em seu número publicado em 12/4/1964, tratava do “afastamento” de João Goulart por meio de um artigo intitulado “Responsabilidade dos crentes nesta hora”.

Como se vê, a deposição de Jango foi objeto de comentários e análises por parte da imprensa brasileira, inclusive entre os periódicos mantidos por denominações religiosas, muito embora predominasse nesses jornais um conteúdo voltado para a orientação espiritual de seus leitores, havia espaço para matérias e artigos tratando, eventualmente, de política.

¹⁶ Ferreira, 1964: *o golpe que derrubou um presidente, pôs fim ao regime democrático e instituiu a ditadura no Brasil.*

Não seria o caso da Assembleia de Deus também discutir a situação do país por meio de seu jornal? Ou então de, pelo menos, informar seus leitores a respeito dos acontecimentos que o Brasil vivia naquele momento?

É possível que esse tipo de notícia não interessasse ao jornal. É possível, mas não me parece razoável tal justificativa, uma vez que o mesmo periódico destacou situações políticas bem menos relevantes se comparadas à deposição de um presidente. Por exemplo, na primeira quinzena de março de 1964, portanto, antes do golpe, o jornal trazia uma notícia do interior do Estado do Maranhão.

A matéria foi assinada por Antonio de Sousa Santos e discorria sobre uma viagem que ele havia feito para a celebração de um culto na cidade de Vargem Grande, distante cerca de 200 km da capital. Ainda segundo a matéria, o prefeito da cidade cooperou com a igreja ao ceder o Grupo Escolar para a reunião dos fiéis. Além disso, Antonio de Sousa destacou que antes “reinava o cangaceirismo na cidade”, mas “hoje porém, é o contrário, o lugar é possuidor duma calma, boa ordem, sob a liderança do ilustre Prefeito, sr. Raimundo Correia”.¹⁷ Como se vê, o comentarista do jornal fez uma leitura da situação da cidade de Vargem Grande tomando como referência a atuação política do prefeito Raimundo Correia.

Na edição de abril de 1964, o “Mensageiro da Paz” não trouxe qualquer notícia a respeito do golpe, o que se manteve nos meses subsequentes. Ainda que se tratasse de um jornal religioso que tinha, entre seus objetivos, divulgar as atividades das Assembleias de Deus, a ausência de notícias referentes ao estabelecimento de um novo governo no país nos parece, inicialmente, um ato de cautela de seus diretores ante a conjuntura político-social daquele ano.

Referências a autoridades políticas não eram estranhas ao conteúdo do “Mensageiro da Paz”. Pelo contrário, era comum aos editores do jornal conferir destaque à participação de chefes do executivo e parlamentares nos eventos das Assembleias de Deus. Algumas dessas autoridades contribuíram diretamente para que tais eventos pudessem, inclusive, ser realizados.¹⁸

¹⁷ Jornal *Mensageiro da Paz*. Ano 34, n.º 5, 1ª quinzena de Março de 1964. p. 5.

¹⁸ São vários os exemplos que podem ser citados. Só no Maranhão, durante o ano de 1964, o jornal ressaltou a presença de algumas autoridades políticas em seus eventos, entre os quais o prefeito Sebastião Antonio da Silva, da cidade de João Lisboa (*Mensageiro da Paz*. Ano 34. n.º 10. 2ª quinzena de Maio de 1964); o “irmão” prefeito Manoel Garreto de Souza, da cidade de Mata-Roma, e os “irmãos” vereadores Antonio Garreto e Antonio Aguiar, da mesma cidade (*Mensageiro da Paz*. Ano 34. n.º 19. 1ª quinzena de Outubro de 1964); o vereador Oliveira

Sem demonstrar publicamente apoio de imediato aos militares e, muito menos, ao presidente deposto, a direção do jornal preferiu silenciar e omitir-se a respeito do problema político que o país atravessava, pelo menos nos primeiros meses após o golpe de 1964. Contudo, em setembro daquele ano, o jornal publicou pela primeira vez, desde a sua fundação, um texto com forte conteúdo político, cujo título era “O Cristão e as Falsas Ideologias”.

Seu autor, Athayde Magalhães, advertia sobre a “ação deletéria” do comunismo para a sociedade brasileira, principalmente entre os jovens de 15 a 18 anos, os quais estariam em idade escolar e, portanto, na opinião do articulista, mais suscetíveis aos ensinamentos de professores materialistas. Nesse artigo, Athayde Magalhães fez um breve histórico da relação entre o pensamento de Karl Marx e o estabelecimento do comunismo na Rússia por meio da Revolução de 1917.

Entre 1964 e 1967, o jornal apresentou apenas por duas vezes artigos com algum tipo de componente político, ambos referindo-se ao comunismo como ideologia a ser combatida. A posição do jornal se inscreve também no contexto de acentuado fundamentalismo religioso no país.

A visita do pastor norte-americano Carl McIntyre ao Brasil promoveu o combate ao ecumenismo, ao Conselho Mundial de Igrejas e, ainda, alimentou entre os cristãos a intolerância ao ateísmo, comunismo, materialismo e, até mesmo, teologias cristãs consideradas liberais ou progressistas. A respeito do fundamentalismo como movimento religioso que teve sua origem nos Estados Unidos na primeira década do século XX, Prócoro Velasques Filho afirma o seguinte:

Antes de mais nada é uma forma de fé cristã inteiramente voltada para o sobrenatural e para o a-histórico. Não há nenhuma abertura para o social, para a Igreja no mundo. É uma fé passiva em busca de sinais. Não favorece nenhuma reflexão teológica. A fé já está cristalizada na reta doutrina. Não favorece projetos nem gera utopias porque a leitura da Bíblia já está feita. É um dogmatismo escolástico, autoritário e ultraconservador.¹⁹

Mendes, da cidade de Barra do Corda (Mensageiro da Paz. Ano 34. n.º 22. 2ª quinzena de Novembro de 1964).

¹⁹ Antonio Gouvêa Mendonça e PRÓCORO Velasques Filho, *Introdução do protestantismo no Brasil*, 2.ed., São Paulo, Edições Loyola, 1990, p. 142.

Contudo, a aversão e distanciamento que a Assembleia de Deus manteve, pelo menos oficialmente, das questões políticas foi mudando gradativamente. A partir de 1968, alguns artigos publicados no jornal passaram a criticar o conformismo que se mostrava entre a maioria das igrejas cristãs e, de maneira sutil, defendiam a necessidade de participação política dos fiéis da igreja nos assuntos do país.

O silêncio em relação ao golpe e as ausências de notícias informando a vida do Brasil contribuíram para que durante anos os fiéis dessa igreja interpretassem o mundo e a si mesmos desvinculados da história. Nas matérias veiculadas no “*Mensageiro da Paz*”, entre 1964 e 1967, o que se destacou foi a “*intervenção divina*” num país que, a despeito das torturas, assassinatos, perseguições e cassações que ocorriam de norte a sul, via a “*expansão do Reino de Deus*” por meio dos batismos, conversões, testemunhos e inaugurações de templos assembleianos. Mas, a partir de 1968, as Assembleias de Deus assumiram uma posição mais clara e contundente em relação ao governo militar.

O ano de 1968 permeia a historiografia brasileira como um ano emblemático. No âmbito das manifestações, a enorme concentração de pessoas no velório do estudante secundarista Edson Luís Souto – morto pela Polícia Militar do Estado da Guanabara – e a Passeata dos Cem Mil se tornariam símbolos dos grandes protestos estudantis.²⁰

No que diz respeito aos movimentos armados, este foi o ano que viu surgir a ALN (Ação Libertadora Nacional) coordenada por Carlos Marighella e Joaquim Câmara Ferreira, intensificando as ações de “*expropriação*” como, por exemplo, a do trem pagador da estrada de ferro Santos-Jundiaí.²¹

E entre tantos fatos importantes, o Ato Institucional n.º 5, publicado em 13 de dezembro de 1968, foi o último ato de um ano que não terminou. O AI-5 deu plenos poderes ao governo militar para cassar parlamentares; demitir funcionários públicos, inclusive juízes; suspender direitos dos

²⁰ A respeito destes dois atos mais específicos, ver João Roberto Martins Filho, “O movimento estudantil dos anos 1960”, in: Jorge Ferreira e Daniel Aarão Reis (Orgs.), *Revolução e Democracia (1964-...)*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2007, p. 183-198.

²¹ Segundo Marcelo Ridenti (2007, p. 36), “as ações armadas em 1967 e 1968 envolveram ‘expropriações’ de armas e bancos, explosões de bombas, entre outras, ainda relativamente pouco numerosas e, em geral secretas, pois não interessava às organizações chamar a atenção da polícia para as suas atividades...”. Marcelo Ridenti, “Esquerdas revolucionárias armadas nos anos 1960-1970”, in: Jorge Ferreira e Daniel Aarão Reis (Orgs.), *Revolução e democracia (1964-...)*, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 36.

cidadãos, entre os quais o de *habeas corpus*; fechar por tempo indeterminado o Congresso Nacional e as Assembleias Legislativas Estaduais. Enfim, nas palavras de Marcelo Ridenti, “o AI-5 oficializava o terrorismo de Estado, que passaria a deixar de lado quaisquer pruridos liberais até meados dos anos 1970”.²²

As Assembleias de Deus não passaram incólumes a tudo isso, de tal maneira que, já no ano de 1969, o jornal “Mensagem da Paz” expressou oficialmente a posição desta igreja em relação ao governo militar. Por ocasião do aniversário da Proclamação da Independência do Brasil, foi publicado um editorial de primeira página com um título bastante sugestivo – “Independência ou Morte” – onde se leu de forma muito clara a adesão pública das Assembleias de Deus ao regime.

Primeiramente, o editorial se ocupou em ressaltar que a despeito da “esperada redenção espiritual, ao qual está vinculada o arrebato da igreja”, os fiéis das Assembleias de Deus tinham cidadania terrena e, portanto, uma série de direitos e deveres a cumprir. E, em seguida, atestava que:

Sentimos ser obrigação primária dos crentes em Cristo orar pelos destinos da Pátria, pelas autoridades que a governam, para que o façam sob inspiração divina. Devemos igualmente ser gratos a Deus pelo clima de liberdade que respiramos no Brasil. E o testemunho de nossa gratidão a Deus pode e deve estar associado a manifestações prudentes de apoio aos que detém o comando, o governo da Nação.²³

De sua parte, as Assembleias de Deus afirmaram, primeiramente, que o país vivia um “clima de liberdade”, o que em muito destoava do cenário de tensão e perseguição política que o Brasil viveu no final dos anos 1960 e início de 1970, afinal, o AI-5 já havia sido decretado. Do ponto de vista dos fiéis das Assembleias de Deus, a liberdade aos cidadãos não tinha sido negada nem, muito menos, cerceada.

Além disso, a igreja associou a “gratidão a Deus” a manifestações, prudentes, de apoio aos militares. Mais uma vez, a autoridade constituída, ainda que sem legitimidade, foi enaltecida e defendida por uma denominação

²² Marcelo Ridenti, “Esquerdas revolucionárias...”, p. 37.

²³ *Mensagem da Paz*. Ano 39, n.º 17, Setembro de 1969, p. 1 e 8.

evangélica, o que denuncia o conservadorismo e moralismo político que tanto caracterizou – e ainda caracteriza – as igrejas evangélicas no Brasil.

A reorientação adotada pelo jornal conduziu as Assembleias de Deus, de um lado, para a arena das disputas políticas e ideológicas e, de outro, colocou em suspenso a concepção pré-milenarista da história entre os membros da igreja mesmo que, do ponto de vista teológico, a igreja tenha mantido a crença no pré-milenismo.²⁴

Entre 1972 e 1973, houve uma quantidade significativa de matérias publicadas no “Mensageiro da Paz” ratificando o apoio da igreja aos militares. A princípio, isso se deu de forma tímida, mas, gradualmente, tornaram-se efusivas. Um artigo assinado por Eliseu Queiroz de Souza explicava, de forma didática aos fiéis, a relação entre governo, igreja e Bíblia.

Primeiramente o articulista ressaltou que Jesus Cristo “nunca insinuou que a igreja deveria intrometer-se no governo humano, nem em questões políticas”,²⁵ o que corroborava, segundo Eliseu Queiroz, a recomendação bíblica de fazer distinção entre Deus e César.

Mas ao tratar diretamente da atuação do governo, o articulista não vacilou em empenhar seu total apreço, enfatizando que “a nação brasileira, atualmente, deve orgulhar-se do governo que tem; o governo que merece o integral apoio da parte de todos os brasileiros de boa conduta e de moral comprovada”. Em seguida, criticou a posição assumida por “alguns elementos de projeção eclesiástica”, os quais faziam “insinuações administrativas”, além de “dar guarida à rebeldia contra o governo”. Para Eliseu,

[...] no entanto, mesmo a despeito da obra gigantesca que o governo está exercendo na Amazônia, a dinâmica e elogiável integração nacional que se processa, a erradicação das favelas porque o governo

²⁴ O “Mensageiro da Paz” mantinha uma coluna denominada “Cremos...” que era reproduzida em todas as edições do jornal, reafirmando seus pontos de fé, dentre o quais a crença “na segunda vinda premilenial de Cristo, em duas fases distintas: Primeira – invisível ao mundo para arrebatá-la a sua igreja fiel da Terra, antes da grande tribulação; segunda – visível e corporal, com Sua igreja glorificada, para reinar sobre o mundo durante mil anos”. A escatologia pentecostal foi estudada por alguns sociólogos, antropólogos e historiadores das religiões, como Christian L. D’Epinay, Antônio Gouveia de Mendonça e Paulo Siepierski. Estes autores aqui citados consideram a concepção pré-milenarista responsável pela apatia política que caracterizaria igrejas como as Assembleias de Deus.

²⁵ Jornal *Mensageiro da Paz*. Ano 42, n.º 15, 15 de Agosto de 1972, p. 3.

está dando de si o melhor, ainda se levantam vozes eclesiásticas, criticando tudo e até fazendo declarações desprestijosas à administração pública, atraindo assim consequências negativas a si próprios.²⁶

A opinião de Eliseu Queiroz refletia diretamente o cenário econômico daquele período. A linha desenvolvimentista adotada pelo regime, conjugada ao controle inflacionário, ensejou, naquele contexto e entre boa parte da classe média brasileira, uma sensação de bem estar com o militares. Mas o que soa mais surpreendente no artigo do membro da Assembleia de Deus foram suas reflexões sobre os conflitos sociais.

Para ele, a “verdadeira reforma social” operada pela igreja no homem transformaria este em um novo ser, de tal sorte que “a pessoa assim transformada deixa de dar trabalho ao governo humano, porque não briga por terras, por saber que o reino de Deus não consiste em comidas e bebidas, mas em alegria no Espírito Santo”.

É curiosa e, ao mesmo tempo, instigante a interpretação proposta por Eliseu Queiroz. Max Weber, por exemplo, afirma que a religião cumpre várias funções, sendo que a primeira delas é a de manter a ordem social.²⁷ Por sua vez, Pierre Bourdieu, servindo-se do cabedal teórico proposto por Weber, entende que a religião contribui para uma alquimia ideológica, pela qual se opera a transfiguração das relações sociais em relações sobrenaturais.²⁸

Desse modo, podemos observar no artigo de Eliseu de Queiroz uma imposição dissimulada em se perceber o mundo, em particular, o mundo social, de forma subvertida – exemplificado na frase bíblica de que “os últimos serão os primeiros”. Além disso, o articulista tentava justificar o lugar que o fiel deveria ocupar/cumprir no mundo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Transcorridos 50 anos do golpe de 1964, podemos perceber, atualmente, a emergência de diversas pesquisas sobre as relações que os evangélicos e suas respectivas igrejas mantiveram com os governos militares.

²⁶ *Mensageiro da Paz*. Ano 42, n.º 15, 15 de Agosto de 1972, p. 3.

²⁷ São várias e conhecidas as contribuições de Weber para a sociologia das religiões. No entanto, para a reflexão que me proponho aqui, sirvo-me de seu texto “Sociologia da Dominação”. Max Weber, *Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva*. Brasília, Editora Universidade de Brasília, São Paulo, Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 1999, vol. 2.

²⁸ Pierre Bourdieu, *A economia das trocas simbólicas*, 5.ed., São Paulo, Perspectiva, 1999.

A abertura dos arquivos das Delegacias de Ordem Política e Social (DOPS) no Brasil tem contribuído para uma leitura mais específica sobre a participação protestante nos movimentos sociais circunscritos ao período entre 1964 e 1985.

De minha parte, os jornais de denominações religiosas têm se constituído em fontes importantes para compreender as posições assumidas pelas igrejas evangélicas durante a ditadura militar. Várias conclusões podem ser tomadas com base nas leituras desses jornais.

O que me parece mais visível e importante de ser ressaltado neste artigo é que, ainda que a orientação pastoral da maioria das igrejas evangélicas espalhadas pelo país tenha se voltado para o apoio ao governo militar, inclusive apelando a bases bíblicas, isto não significou, necessariamente, que todos os fiéis, em suas respectivas igrejas, tenham sido obedientes, ou que fossem apoiadores do regime de forma irrestrita.

Porém, o “cálice” imposto aos “irmãos incautos”, àqueles que foram tomados como “inocentes úteis”, que defendiam um evangelho mais crítico e que vislumbra a mudar, de forma propositiva, a vida material e existencial dos oprimidos, preponderou de forma hegemônica entre as igrejas.

Recebido em 01/11/2014 - Aprovado em 29/12/2014